

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Jerônimo Faria Bastos

**DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO HOMOSSEXUAL NO BRASIL À REPRESSÃO DO ESTADO: UMA
ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE O JORNAL ALTERNATIVO LAMPIÃO DA ESQUINA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Raphael Bispo

Juiz de Fora

2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Jerônimo Faria Bastos, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672136A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Da construção do sujeito homossexual no Brasil à repressão do Estado: Uma análise antropológica sobre o jornal alternativo Lampion da Esquina**, desenvolvido durante o período de março de 2019 a julho de 2019 sob a orientação do Prof. Dr. Raphael Bispo, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data. Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Jerônimo Faria Bastos

DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO HOMOSSEXUAL NO BRASIL À REPRESSÃO DO ESTADO: UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE O JORNAL ALTERNATIVO LAMPIÃO DA ESQUINA

Jerônimo Faria Bastos¹

Resumo:

O presente artigo, tem a intenção de apresentar o Brasil como cenário de construção e atuação da homossexualidade, evidenciando-a como uma sexualidade diversa e multifacetada. Dentro desse contexto, apresentar os processos de repressão legitimados pelo Estado, passando pela repressão eclesiástica, pela medicalização das sexualidades desviantes e abordando o processo de censura dos meios de comunicação no contexto histórico da ditadura militar no Brasil. Utilizo do jornal homossexual alternativo Lampião da Esquina, para evidenciar todas as problemáticas das repressões em apenas um objeto de estudo. O jornal, consegue apresentar de maneira concreta e real como essas questões são apresentadas e vividas durante o Golpe Militar, estabelecendo um ponto de vista parcial sobre a dinâmica política, econômica e social envolvendo a vivência homossexual.

Palavras-chave: Homossexualidade, Repressão, Lampião da Esquina

Abstract:

This article intends to present Brazil as a scenario for the construction and performance of homosexuality, evidencing it as a diverse and multifaceted sexuality. Within this context, to present the processes of repression legitimized by the State, through ecclesiastical repression, the medicalization of deviant sexualities and addressing the censorship process of the media in the historical context of the military dictatorship in Brazil. I use the alternative homosexual newspaper Lampião da Esquina, to highlight all the problems of repression in just one object of study. The newspaper is able to present in a concrete and real way how these issues are presented and lived during the Military Coup, establishing a partial point of view on the political, economic and social dynamics involving the homosexual experience

Keywords: Homosexuality, Repression, Lampião da Esquina

1. Introdução

A repressão contra as sexualidades desviantes é tema central do presente artigo, utilizando do jornal alternativo da década de 70 e 80 Lampião da Esquina, mostro como essa comunidade se estabeleceu como resistência. Resistência contra os dogmas das religiões cristãs, resistência contra os processos de medicalização dos desejos homoeróticos proporcionado pelo Estado e utilizo a forte censura ocorrida no período da ditadura militar no país, para elucidar a forma como a estigmatização se tornou um grande fardo constituído por todos esses fatores.

Porém, antes explicar cada fator, é necessário analisar a homossexualidade em seu campo de atuação, que nesse caso é o Brasil, a ponto de conseguir entender o seu processo de formação como uma expressão da sexualidade. Entender o campo social e os atores que participam dessa dinâmica entre sexualidade e seus meios de afirmação é de suma importância, dessa forma, é necessário evidenciar os pontos no qual as características do Brasil como cenário atuaram de alguma forma na estruturação da homossexualidade.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: bastosjeronimo@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Raphael Bispo.

Utilizo o Lampião da Esquina como forma de conseguir elucidar todas essas problemáticas em apenas um objeto. Utilizo de duas reportagens que abordam temas repressivos, a edição 26º “A Igreja e o Homossexualismo” de 1980, que apresenta um dossiê sobre a relação da igreja com a homossexualidade e a edição 9º intitulada “Moral e Bons Costumes?” no qual Aguinaldo Silva (um dos editores do jornal) aborda a acusação do Ministério da Justiça de que o jornal estaria ferindo a moral e os bons costumes da sociedade brasileira. Essas reportagens mostram na prática as questões de repressão abordadas durante o artigo, com seu conteúdo político e ideológico, o jornal alternativo foi capaz de defender os interesses de uma classe, indo contra o regime autoritário vigente daquela época.

2. Homossexualidade no Brasil

Para estudar um fenômeno social em seu âmbito individual faz-se necessário a compreensão dos universos de representações no qual o indivíduo como objeto de estudo se movimenta como ator social. O Brasil como palco de análise das relações homoafetivas precisa ser elucidado de forma a perceber como que suas características sociais intervêm na construção da sexualidade das pessoas que aqui vivem. Nosso país culturalmente diverso, multifacetado, e capaz de servir mecanismos para a constituição de realidades completamente diferenciadas umas das outras, serve de plano de fundo para que as interações entre essas diversas realidades sejam capazes de interatuar entre si.

A homossexualidade masculina é uma das realidades sexuais mais múltiplas que podemos encontrar. Sobre isso, PARKER (2002, p.51) vai dizer:

“Em nenhuma outra situação esta multiplicidade é vista mais claramente do que no caso da homossexualidade masculina, que, pelo menos no Brasil, deve ser caracterizada menos como um fenômeno unitário do que como fundamentalmente diverso – um caso mínimo, de uma variedade de homossexualidades um tanto diferentes em vez de uma homossexualidade única e unificada.”

A homossexualidade, como qualquer outra forma de expressão sexual, se constitui tanto social como individualmente, sendo constantemente transformada através do tempo. Ela não parte de um ponto de partida e se desenvolve baseada em uma linha de evolução preestabelecida, sendo assim, podemos dizer que a experiência sexual não se mantém a mesma indefinidamente, já que está em constante processo de transformação. Importante frisar que esse processo de transformação acontece nos limites dados através do campo de poder e dominação, em que a liberdade, a possibilidade, as escolhas e opções são formadas e moldadas por relações de poder. As relações de poder nesse aspecto se fazem mais necessárias já que estamos analisando as performances de uma sexualidade caracterizada na sociedade como desviante.

Existem diversas maneiras de compreender e analisar a homossexualidade masculina no nosso país, levando em conta os aspectos de região, de classe social, e principalmente o contexto histórico. Essas análises de compreensão não são produzidas no vácuo social, elas abarcam todo conhecimento social que se constituem juntamente com ideologias políticas conflitantes, cosmologias religiosas e noções de raça e idade, sendo necessário compreender que as representações da sexualidade como um todo são produzidas em um contexto social muito mais amplo e diversificado. Ou seja, para estabelecer uma análise sobre manifestações sexuais e de gênero é indispensável a elaboração de um estudo sobre a sociedade brasileira. FRY (1982, p.88):

“Enquanto algumas mulheres pertencentes basicamente a certas áreas das classes médias universitárias propõem a quebra da dominação masculina, seus irmãos propõem a desestigmatização do “homossexual” e relações sexuais afetivas entre pessoas do mesmo sexo livres do “teatro” dos papéis de gênero masculino e feminino. Tampouco pode ser por acaso que essas mesmas camadas sociais produzam as ideologias políticas mais “progressistas” contra o autoritarismo e a arbitrariedade e em favor da democracia e dos direitos humanos.”

Essa passagem mostra o caráter diversificado do Brasil como palco de construção de ideologias e de movimentos sociais que se estruturam no mesmo contexto, contra o mesmo “inimigo”, mas que ainda assim tem características e anseios diferentes. É necessário perceber a complexidade com que essas questões se estruturam no país, como sendo um país tão grande e diversos consegue estruturar sexualidade, gênero, movimentos sociais, religião e questões econômicas. Essas questões envolvem diretamente a consciência de classe da população que se sente de alguma forma envolvida nessas problemáticas, estabelecendo um sentido contrário da conceituação de liberdade das grandes elites.

Peter Fry, em “Para Inglês ver”, tem a intenção de analisar as relações entre homossexuais e religiões afro-brasileiras e para isso utiliza Belém, no estado do Pará, como campo de estudo, tentando identificar os aspectos que estruturam o processo de relação entre os dois objetos de análise. Utilizo desse material porque logo no início de sua explicação, Fry já elucida como a construção das relações homoafetivas se dão de formas diferentes em Belém quando comparadas com outras cidades do Brasil. Esse fator serve para mostrar a teoria de que o comportamento homoafetivo se estrutura de forma diferenciada dependendo não somente do espaço, mas também da hierarquização das classes sociais. Sobre isso, FRY (1982, p.88) comenta:

“Logo percebi que os conceitos de “homossexual” e até de “homossexualidade” não poderiam ser usados para descrever o sistema de representações sociais que existem em Belém sem impor uma visão etnocêntrica sobre meu material de campo. Definitivamente, o personagem chamado de “bicha” em Belém pouco ou nada tem em comum com um outro personagem social chamado “homossexual” ou “entendido” ou gay em certas áreas da classe médias das grandes metrópoles brasileiras.”

As sexualidades com o passar do tempo se tornaram questões que não podem ser isoladas e estudadas, comparadas e contrastadas individualmente como exemplificações de diversidade. Nas décadas finais do século XX, com o contexto da globalização, que ocasionou a maior popularização dos meios de consumo, a sexualidade passou a estar sujeita a processos de mudança que foram capazes de desmembrá-la e caracterizá-la em especificidades. Se faz necessário, então, buscar uma interpretação das culturas sexuais enquanto elas são abarcadas pela onda das mudanças globais, para assim estruturar um conhecimento mais complexo da experiência sexual.

Ainda sobre a sexualidade, Richard Parker em “Abaixo do Equador” vai elucidar a homossexualidade como o melhor exemplo para entender a sexualidade dentro dos significados possíveis e de uma compreensão dos processos locais. PARKER (2002, p.16):

“(…) em nenhum lugar ela é mais evidente do que no caso específico da homossexualidade. Precisamente porque serviu, no curso do último século, como marcador-chave da diferença em relação à heterossexualidade normativa – e, portanto, como um dos elementos fundamentais na produção e reprodução do regime dominante de vida sexual na sociedade ocidental contemporânea (…).”

3. Ativo ou Passivo?

O que surge aqui no Brasil é a presença explícita da força da sociedade estruturalmente constituída como patriarcal. A questão de ser entendido como alguém “ativo” e “passivo” presente nas relações de poder está presente como ferramenta de hierarquização social muito antes da homossexualidade ser caracterizada formalmente como uma sexualidade com todas as suas propriedades. Na sociedade colonial escravista brasileira, em sua constituição, precisamos lembrar que o patriarcado agia de forma mais precisa, utilizando do discurso de violência para legitimar suas ações, no qual todos estavam na mira do senhor, desde sua mulher, a filhos e servos. A criança que vivia nessa estrutura familiar estava fadada a aprender as formas coercitivas de violência e a

reproduzi-las, além disso, era imposto para os meninos um padrão de masculinidade apoiado em um discurso inflado e compulsório. Sobre isso FIGARI (2007, p.56), diz:

“O patriarcalismo escravista implicava um padrão de masculinidade apoiado na violência, na submissão, e no excesso. Identificando como “atividade”, que incluía todas as *potestas* da “capacidade”, o comportamento “passivo” estava reservado aos incapazes, àqueles que não poderiam discernir plenamente sobre seus atos e ações, e necessitavam da tutela masculina do *pater familiae*”

Adentrando na categorização das ações homoafetivas, Fry, assim como outros autores, vai elucidar o que vem a ser “machos” em Belém. Ele explica a utilização desse termo para se referir ao sexo fisiológico dos indivíduos, com intenção de evitar possíveis confusões entre o sexo fisiológico e os papéis de gênero. Dentro do termo “macho” se encontram duas categorias que consistem em “homens” e “bichas”. Essas duas categorias se relacionam de forma dicotômica e hierárquica, uma vez que o “homem” apresenta um comportamento caracteristicamente masculino enquanto a “bicha” reproduz comportamentos associados ao gênero feminino. Dessa forma, na relação sexual, o “homem” assume um caráter ativo, já que penetra e controla a relação sexual, enquanto a “bicha” representa a passividade, atribuindo um sentido de dominação e submissão à essa relação. Sobre a questão da relação masculino/ativo, feminino/passivo. FIGARI (2007, p.120) diz:

“Quanto aos comportamentos eróticos, a “atividade” era o comportamento valorizado positivamente como constitutivo da masculinidade. Passividade então era seu contra face, que assumiria diferentes rostos em diferentes épocas.”

É notório que nessa relação sexual-afetiva hierárquica entre “homens” e “bichas”, na verdade, se fala mais sobre o caráter dominatório e submisso do que realmente sobre a “homossexualidade” em si. Essa questão é evidenciada quando percebemos que dentro da cultura ocidental durante muito tempo o “homem” pode manter relações homossexuais sem perder seu status viril de homem na medida em que exerceu o papel ativo na relação. Na verdade, o que constituía uma relação sexual desviante era o caso entre pessoas que desempenham o mesmo papel de gênero, no caso “bicha” com a “bicha” ou um “homem” com outro. E Fry explica o porquê:

“Essas relações são consideradas desviantes porque quebram a regra fundamental do sistema que exige que as relações sexuais-afetivas “corretas” sejam entre diferentes papéis de gênero ordenados hierarquicamente” (FRY, 1982 p.90).

Apesar de Fry elucidar essa representação nos anos 1980, essa questão ainda se faz fortemente presente nos dias de hoje. Essa glorificação do “homem” masculino/ativo definido como o ápice da idealização sexual está impregnada no cenário LGBTQ+. Essa separação entre ativos e passivos segrega o espaço de interação sexual, colocando os indivíduos em caixas com características pré-estabelecidas, que conseqüentemente cessa a experiência como algo amplo e diverso, atribuindo a descoberta sexual como algo fixo e imutável.

Ainda, o autor vai especificar que o sistema hierárquico existe não apenas em Belém, sendo possível encontrá-lo em outras sociedades. Ele possui um caráter hegemônico em áreas mais específicas como Norte e Nordeste (no interior do país em geral). Já que esse tipo de sistema se encontra no interior, nas grandes metrópoles outro tipo de sistema também vai ser encontrado. Nos grandes centros urbanos foi surgindo aos poucos ao longo dos anos 1980 e 1990 um sistema que se estabelece de forma dicotômica em relação a hierarquização. Ele consiste na ideia de que o indivíduo tem a liberdade no que diz respeito ao seu papel de gênero e ao seu comportamento sexual. Além disso, o sistema igualitário não se torna especificamente hegemônico em grandes centros urbanos, dividindo o cenário de atuação juntamente com o sistema hierárquico.

N esse caso específico do sistema igualitário, a separação da sociedade entre homens masculinos e efeminados se desfaz, nessa nova configuração, se estabelecem duas categorias, “homens” e “entendidos” — essa expressão/categoria “entendido”, pertence ao momento em que essa categoria começou a emergir, hoje em dia poucos fazem uso dessa expressão. Diante dessa nova categorização o “homem” explicitado aqui não pode mais ter relações sexuais com homens e ainda assim ter seu status de “macho” inabalável, caso ele tenha, conseqüentemente se torna um “entendido” ou homossexual. Dessa forma, “homens” apenas se relacionam com mulheres e “entendidos” com “entendidos”. A dicotomia que se estabelece em relação ao sistema hierárquico é que esse sistema se denomina igualitário, já que o comportamento sexual pode ser estabelecido de forma fluida, não fazendo parte de uma taxaço específica entre ser estritamente ativo ou passivo, dramatizando simetria e igualdade.

Peter Fry em seu trabalho cita a autora Carmen Dora Guimarães, que também faz uma análise sobre o sistema igualitário. Ela explicita que as pessoas que passaram do hierárquico para o igualitário “assumiram” a sua identidade homossexual. “O “ser homossexual” mostra-se visível na forma no conteúdo da fala nos gestos e nas roupas – como uma declaração pública da identidade homossexual “assumida”. Na prática social adota-se o papel “passivo”, de quem dá, próprio a mulher.” (FRY, 1892 p.94)

Contudo, é de extrema importância que devemos colocar o homossexual passivo, aquele que encarna os papéis do gênero feminino em voga - conseqüentemente se tornando o “o homem que abdicou do seu lugar masculino/ativo na sociedade” - como aquele que realmente é alvo do estigma. É o passivo, a “bicha” afeminada, que realmente não consegue esconder, como diz Guimarães, sua “identidade homossexual assumida”, que vive à margem da sociedade. Sobre essa questão da passividade como estigmatização, PARKER (2002, p.57) diz:

“Com base em sua passividade percebida e feminilidade internalizada, portanto, a bicha, ou viado, é vista como uma espécie de fracasso ambulante segundo as avaliações biológicas e sociais – como um ser incapaz de realizar seu potencial natural devido a seu comportamento social inadequado, e também incapaz de cruzar as fronteiras culturalmente constituídas de gênero devido as limitações inevitáveis de sua autonomia. Não surpreende que esteja, portanto, sujeito à violência simbólica mais severa, e frequentemente física, encontrada em parte na sociedade brasileira – um objeto constante de ridículo e vergonha, que serve para estigmatizar e marginalizar *performances* de gênero desviantes enquanto, ao mesmo tempo, reforça padrões normativos de masculinidade e feminilidade”.

Ao mesmo tempo que a bicha é ridicularizada, coagida pela sociedade patriarcal estruturalmente constituída através de concepções machistas, ela viola as “leis” tradicionais da masculinidade na cultura popular, e acaba se tornando ao mesmo tempo que rejeitado, necessário. Integra uma rede de interações se estabelecendo como amigo e vizinho, fazendo parte de relacionamentos pessoais na cultura tradicional.

O padrão masculino ativo posto como discurso dominante produz a estigmatização dos “outros”. Esses “outros” caracterizam qualquer ser desviante do padrão dominante. Sendo assim existem regras que permeiam a definição da masculinidade e essas regras são produzidas pelos aparelhos de repressão, o Estado, a Igreja e a grande mídia, que muitas das vezes se confunde com as esferas de atuação desses aparelhos, mas ainda assim é possível identifica-los. Utilizando como mecanismos de repressão a legislação civil e eclesiástica, construindo um imaginário de repulsa ao outro, ao diferente e do não- masculino. Com isso a naturalização do estigma se tornava concreta produzindo um sentido ideológico como tal.

4. Repressão eclesiástica

Estruturada desde de seu início, a sociedade Brasileira, antes de ser denominada assim, já presenciava a construção de um terreno de relações sociais baseada na valorização compulsória da imagem masculina. Muito antes da homossexualidade ser reconhecida como sexualidade, um dos alvos principais do machismo eram as mulheres que constituam a classe alvo dos rechaços da cultura patriarcal. O contexto dessa questão, se faz real na sociedade colonial escravista, que colocava o “senhor” no cume da pirâmide estamental da época, o que lhe proporcionava um poder ilimitado, tornando sua vontade uma lei absoluta. FIGARI (2007, p.52):

“(…) entendido como uma metáfora de limites materiais imprecisos, mas com efeitos de sentido bem concretos e delimitados: a distinção da fronteira econômica, cultural e simbólica básica da formação discursiva do patriarcado escravista em sua relação de alteridade com os outros estamentos da sociedade colonial.”

A vítima central dessa sociedade era sem dúvida a mulher africana, o “senhor” não era apenas o seu repressor, era dono de seu corpo, dono do que se ousa chamar de “livre arbítrio”. A sociedade patriarcal precisa para seu pleno funcionamento um bode expiatório, no qual possa culpar por todo o desprazer e infortúnios existentes. Não significa que não existia a presença das *performances* homoafetivas naquela época, de fato existiam e eram encontradas nas mais diversas circunstâncias, o que ainda não se fazia presente era a intervenção do aparato médico-psicológico perante essas *performances*.

O Brasil daquela época era fortemente judiciado pelo corpo eclesiástico da igreja católica, que não só constituía as regras dos costumes morais, mas também detinha o poder de julgar aqueles que de acordo com suas leis se enquadravam em indivíduos desviantes. A administração do desejo decide a veracidade do pecado sendo passível de sanção, pena ou perdão. Assim, proíbe condutas ao mesmo tempo que abre espaço para a absolvição através da confissão. É muito importante que lembremos que não é de intenção da Igreja exterminar o pecado, já que esse é necessário para a manutenção da hegemonia do corpo eclesiástico. Os castigos tinham uma função mais propedêutica do que judicial, deixando claro que a o castigo não deveria ser tão severo que acabasse com o pecado, e nem tão leve, já que atribuiria um efeito demasiado exemplificador.

No século XVI a Igreja católica romana se viu ameaçada pela a Reforma que dominava o terreno hegemônico da religião na Europa, conseqüentemente de forma estratégica ela começa a tomar medidas mais rígidas através da Contrarreforma, com alvo nas heresias e costumes desviantes. O tribunal do Santo Ofício foi uma das maneiras que a Igreja encontrou para aprimorar os mecanismos de controle doutrinário, funcionando ininterruptamente do século XVI à XVIII. Atuando de forma ferrenha na Europa, tanto a Igreja como o poder real de Portugal procuravam maneiras mais efetivas de controlar a população na colônia brasileira, por se encontrar tão distante, era difícil exercer sua hegemonia ideológica.

Durante esses duzentos anos de efetividade, é sabido das visitas do Santo Ofício em alguns estados brasileiros como Bahia (primeiro a receber os visitantes) que na época era capital do império, Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e Pará. O auge das inquisições no Brasil se deu durante o século XVIII. A atmosfera criada pela sua presença era total. Havia desconfiança entre a população, carregada por um clima de controle social, já que era recomendado aos fiéis que denunciasses qualquer tipo de atitude que fossem contra os costumes padrões estabelecidos pela Igreja. TREVISAN (201, p.135):

“Era também nesse período que a população denunciava aqueles que tivessem cometido faltas contra a fé e a moral católicas. Em outras palavras, as pessoas deviam se delatar umas às outras. Qualquer cidadão tinha direito, e também obrigação de fazer denúncias, garantindo-se sigilo ao denunciante, que poderia proceder por meio de carta anônima, se desejasse”.

Sobre os acusados de pecado de sodomia (o coito anal), TREVISAN (2018, p.140) diz:

“A importância da prática da sodomia no Brasil colonial é revelada pelos cálculos do antropólogo Luiz Mott, segundo os quais havia 117 casos de sodomia entre os 537 denunciados e confessantes nas Visitações da Bahia e de Pernambuco, de 1591 a 1593 respectivamente – portanto, 21% do total das faltas cometidas. Na segunda visitação à Bahia (1618-20), compareceram perante os inquisidores 62 confessantes (56 homens e seis mulheres), sendo então confessados dezesseis atos de sodomia”.

As punições para os pecados quando o acusado era declarado culpado eram das mais diversas, desde jejuns obrigatórios, orações a multas em dinheiro. Nos casos mais graves, confiscos de bens poderiam acontecer, até mesmo o exílio para outras cidades do Brasil, e mesmo se não declarado culpado, o(a) réu era obrigado(a) a pagar os gastos dos processos. Geralmente a sentença era lida em particular com os acusados diante da Mesa Inquisitorial, quando não acontecia dessa forma, eram em praças públicas na qual toda a população poderia presenciar tal situação. Um trecho da sentença conforme o relatório notário inquisitorial:

“(…)mostra-se que depois disso o réu fez e efetivou por muitas e diversas vezes o horrendo e nefando crime de sodomia, sendo umas vezes agente e outras vezes paciente, com pouco temor a Deus e esquecido da salvação de sua alma(...)seja queimado e feito por fogo em pó, para que de seu corpo e sepultura nunca mais haja memória e todos os seus bens sejam confiscados pela Coroa Real posto que descendentes os ascendentes, e que filhos e descendentes fiquem inábeis e infames como aqueles que cometeram crime de lesa-majestade.”

Apesar de especificar o papel da Igreja no contexto dos séculos passados, não é apenas lá que conseguimos perceber a presença dessa instituição no que diz respeito à cultura LGBTQ+. A Igreja agora se encontra dentro dos meios de comunicação como a TV e também dentro do campo político, com a banca evangélica. Sua presença em movimentos sociais é notória, conseguindo estabelecer um forte vínculo entre religião e o espaço público. Marcelo Tavares Natividade em seu artigo “Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa” apresenta as facetas utilizadas pelas religiões cristãs nos seus envolvimento no cenário LGBTQ+, entre eles:

“No campo religioso brasileiro ocorreu uma verdadeira explosão discursiva que abortou o projeto de “criminalização da homofobia” através de reportagens, debates, enquetes, artigos de opinião, “informativos”. Alguns sites religiosos publicavam convocatórias para que os internautas reagissem à tramitação do projeto por meio de orações, jejuns, vigílias, passeatas, envio de e-mails a parlamentares, abaixo-assinados. Links do tipo “clique aqui” e envie sua mensagem de repúdio aos Senadores foram disponibilizados.” (NATIVIDADE, 2013, p.40)

Hoje em dia a Igreja possui várias maneiras mais eficazes de se legitimar do que há séculos atrás. Além do poder ideológico, ela está presente no jogo político, o que faz com que os pensamentos disseminados nas Igrejas estejam presentes na esfera pública e através do monopólio nos veículos de informação fazem “campanhas” para que seu “rebanho” dissemine tais ideais. Eles constroem uma narrativa na qual a minorias sexuais tem a intenção através das demandas políticas e sociais baseadas em respeito e igualdade, destruir a família e os valores cristãos. NATIVIDADE (2013, p. 41):

“O diálogo entre movimentos sociais, ONGs e o Poder Público era retratado como uma articulação perigosa que propagava valores ‘liberais’, inaceitáveis. A instituição de uma política pública nacional voltada para minorias sexuais era motivo de preocupação, que ensejava uma forte reação em defesa dos “valores cristãos” e da “família”.

Outro aspecto das instituições religiosas no que diz respeito a comunidade LGBTQ+ é a incessante ideia da proliferação da cura homossexual. Tais instituições utilizam da bancada evangélica para captar auxílio financeiro para entidades que oferecem ajuda para aqueles que não se identificam mais com a homossexualidade. Essa ideia de conversão visa atribuir de maneira incisiva características pertencentes ao papel de gênero referente ao “paciente”, ou seja, masculinizar o homem gay e feminizar a mulher lésbicas, articulando uma visão patologizante da homossexualidade. A problemática se intensifica, e a ética entra em cena, uma vez que entidades de normatização da prática da psicologia proíbem a participação dos profissionais em terapias reparativas, ou seja, qual a eficácia do processo de “cura gay” uma vez que nem os profissionais capacitados para tal “procedimento” são autorizados a realizá-los? E ainda, qual o embasamento teórico e prático das instituições que realizam esse tipo de “tratamento”?

5. Repressão do Estado através da medicalização das sexualidades desviantes

Antes de falarmos sobre as facetas da repressão do Estado perante a sexualidade desviante, é preciso ilustrar as primeiras intervenções feitas no campo da esfera privada. Essas intervenções foram centradas em campos como políticas sanitárias e de reorganização urbana em um contexto no qual o cidadão não via no Estado um ente responsável para a construção de uma base social, na qual o ponto principal era a atuação da própria população. Podemos utilizar de exemplo as falhas tentativas da assistência social ao trabalhador, especificamente à regulação do trabalho e previdência social, tampouco se concretizou mudanças efetivas na intervenção educativa, políticas públicas que só iram se efetivar a partir do Estado Novo de Getúlio Vargas em 1930.

Nesse cenário da década de 1930 o Estado assume funções além daquelas colocadas como tradicionais, especialmente quando falamos sobre uma “estruturação” da sociedade pensada a partir de um planejamento econômico e social. Passa-se a favorecer os investimentos privados e regulamentar os investimentos públicos, moderniza-se o sistema de produção vinculado agora com a industrialização, utilizado como motor de crescimento e conseqüentemente uma melhor capacitação dos cidadãos, ou seja, melhorias na educação e nos serviços, com intenção de adequar a população ao novo modelo produtivo. O autor caracteriza bem esse cenário de transformações com a seguinte passagem, FIGARI (2007, p.240):

“O Estado Novo, portanto, suporia o ponto culminante do projeto iluminista e progressista no Brasil e em particular no Rio de Janeiro, cobaia de novas experiências políticas e sociais.

Através do discurso médio, econômico e jurídico, o corpo, a mente e a sexualidade humana são explicadas cientificamente sendo diretamente transformadas em objeto de conhecimento moral/racional. Conseqüentemente, esse discurso restringe o desejo ao âmbito da família, claramente que não é apenas o desejo que é atingido por tal discurso moralizante, o sexo permitido é o sexo marital, instaurando papéis sexuais fixos e imutáveis. Afirma TREVISAN (2018, p.172-173):

“Com o pragmatismo patriótico que foi se efetivando em meados do século XIX, instauraram-se papéis sexuais bem delimitados: masculinidade e feminilidade se identificaram com paternidade e maternidade, respectivamente.”

Dessa forma, se estabelece que qualquer comportamento que altere essa ordem vigente da sociedade, sofrerá um processo de estigmatização, seja caracterizando como crime ou patologia, ou seja, o adultério, a prostituição e a homossexualidade “constituíram o *corpus* da pesquisa médica, de etiologização, de possíveis terapêuticas ou de caracterização criminal” (Figari, 2007, p.241).

Faz-se necessário então que as instituições médicas e governamentais coloquem agentes com a intenção de legitimar de forma mais enfática tal ordem perante a população. Esses agentes constituem-se em a ordem jurídica e a ação policial, os meios de comunicação de massas e conseqüentemente a nova “família extensa”, que consiste em uma estrutura familiar que se forma a partir de pessoas que não

são necessariamente famílias consanguíneas, mas que através do convívio diário proporcionado por exemplo em cortiços, se estruturam relações sociais próximas ao ponto de serem consideradas relações familiares.

Desejo e moderação passam a ser interpretados de forma unificada. A visão pecaminosa da relação sexual cai por terra e passa a ser vista como “sadia” - ainda assim, a única relação sexual legitimada pela igreja e pelo Estado é a relação heterossexual, estigmatizando qualquer relação desviante - e necessária para um desenvolvimento físico e mental de qualidade, para que acarrete em uma boa procriação e uma continuidade da população. Sobre isso, FIGARI (2007, p.244):

“Se o Estado é um corpo, e se a Nação e raça são os eixos da existência, é lógico que o equilíbrio do corpo social vai depender em grande parte de um discurso sobre a “Nação sadia” que por sua vez deverá ser politicamente elaborado pela ciência médica.”

Nessa configuração, não apenas o homoerotismo, mas outras manifestações da sexualidade humana serão caracterizadas como desequilíbrio moral e mental dentro do discurso médio com intenções claras de criar novas categorias patológicas que ampliassem o seu leque de intervenções. Ou seja, o objetivo era caracterizar cientificamente tal “doença” para que pudessem intervir, física ou psicologicamente contra a anomalia.

Estudiosos buscavam conhecer e entender de todos os aspectos da sexualidade desviante, mas para viabilizar seus trabalhos e pesquisas, era necessária uma definição intransigentemente científica. Dessa forma, em 1869, um médico austro-húngaro chamado Karl Maria Kertbeny lança pela primeira vez a figura clínica “*homossexual*”, que foi amplamente utilizado pela ciência, consequentemente no Brasil. A dominação do termo perante a ciência médica tinha a intenção de obter enfoques mais rigorosos e menos subjetivos. No livro “Devassos no paraíso de José Silvério Trevisan, há uma passagem do médio-legista Leonídio Ribeiro que diz:

“(...)a tendência homossexual “passou então a ser estudada à luz da ciência verificando-se que se tratava de uma *anomalia* caracterizada por uma preferência, do ponto de vista sexual, [...] que um indivíduo manifesta de modo ativo, passivo ou misto, por outro indivíduo do mesmo sexo, quer seja homem ou mulher”.”

Uma vez tomadas pela legitimação da ciência, as práticas de inversão da sexualidade perdem seu sentido de pecado, vício ou crime. De acordo com os médicos que se ocupam de tal área de estudo, uma vez que se demonstrou a partir de diversos casos de que são evidentemente manifestações patológicas, de natureza somática ou psicológica, era necessário a intervenção de médicos e psiquiatras.

Os primeiros trabalhos médicos no Brasil em que são abordadas a questão do homoerotismo (1869-1906) possuem uma série de características em comuns. As práticas sexuais homoeróticas aparecem frequentemente entrelaçadas no mundo da prostituição, o homoerotismo é descrito pelo dr. Francisco Ferraz Macedo em um estudo sobre prostituição, como parte da prostituição clandestina, das práticas antifísicas das mulheres, como o lesbianismo, o coito contra a natureza e o onanismo - interrupção do coito antes da ejaculação - ou como “sodomia”, ou prostituição masculina. Macedo distingue “prostitutos” como pederastas ativos, passivos, mistos e os onanistas, configurando todos eles em sodomitas. Fato que se faz interessante é que o penetrador – pederasta ativo – era o mais difícil de se identificar, exatamente pelo feito de não representar diferenciação com os homens heterossexuais, já que o passivo apresentar fortes características de efeminação.

Outro médico que realizava estudos relacionadas com as inversões sexuais era dr. Pires de Almeida, o mesmo dá atenção ao lesbianismo, identificando dois tipos específicos: o “safismo” que consistia no atrito mútuo dos órgãos genitais – popularmente conhecido como “roçadinho” - e o “tribadismo” que era a prática de lambe o clítoris - vulgarmente, “chupadinho”. Na obra de análise sexual de Almeida também é corriqueiro a vinculação do homoerotismo à prostituição.

Esse momento de definição e análise dos comportamentos homoeróticos se desenvolvem nos finais da década de 1920 e alcança seu ápice de desenvolvimento em 1930 e 1940, dessa forma adquirem tal importância dentro do campo médico legal que uma nova subdivisão passa a existir, denominada Sexologia Forense. O homoerotismo passa pelos campos do vício, pecado, delito ou patologia atribuindo um sentido confuso e ambíguo para a sua definição concreta.

Com esse momento de produção científica sobre o homoerotismo, se configura duas tendências de análise, a psiquiátrica e a endócrina. O campo psiquiátrico é gerenciado por autores que atribuem a inversão sexual ou homossexualismo a um fato congênito ou a uma doença mental adquirida. Dentre esses autores podemos citar Afrânio Peixoto, Flaminio Fávero e Hélio Gomes. Já a endocrinologia tem forte influência do criminologista italiano Cesare Lombroso, do espanhol Marañón e da endocrinologia europeia da época, eles partilham da teoria de que “a “homossexualidade” como um *“conjunto de modificações, das tendências affectivas, e dos gestos, com preferências do ponto de vista sexual, latente ou declarada, por intenções, palavras, gestos atitudes ou atos, que um indivíduo manifesta, de modo ativo, passivo ou misto, por outro de igual sexo, que seja homem ou mulher.”* FIGARI (2007, p.248/249). É possível perceber que tal definição é parecida com a que o dr. Leonídio Ribeiro faz, isso ocorre pelo fato de Ribeiro integrar o grupo de médicos-legistas que estudavam e analisavam os casos a partir dessa vertente médica. Além de Ribeiro podemos citar Whitaker, Fernandes Nunes e Sinisgalli.

As causas do comportamento homoerótico são variáveis entre as duas escolas médicas, podendo agrupar dois campos de classificação, um campo com causas estruturais e outro com causas orgânicas. As causas estruturais consistem em: culto à beleza masculina nos gregos (Peixoto, 1931); “necessidade” por se encontrar em um meio “unissexual” onde não há mulheres ou homens, conforme o caso: quartéis, conventos, embarcações etc. O medo do contágio venéreo-sifilítico (Fávero, 1938; típico na Idade Média, segundo Peixoto, 1931); depravação dos costumes (Fávero, 1938); degeneração sexual expandida nos tempos modernos – especialmente entre os alemães (Peixoto, 1931) - ou por vício, curiosidade insalubre que degenera em hábito (Gomes, 1959); por profissão - prostituição (Fávero, 1938; Gomes, 1959); habitualidade ou comodidade: mulheres que, não sendo casadas, “acham na homossexualidade derivativo suficiente e se recusam à iniciação normal, cujas primeiras fases são naturalmente sem agrado (Gomes, 1959).

As causas orgânicas seriam: enganos orgânicos ou funcionais (Peixoto, 1931); perturbações das glândulas de secreção interna (Peixoto, 1931; Ribeiro, 1938); determinações fisiológicas, acompanhadas de estigmas físicos, tais como: atrofia dos órgãos genitais e efeminação do homem, com voz aguda, raridade de pelos, tendência à adiposidade, desenvolvimento feminino do sistema ósseo; entre as mulheres – virilismo, compreendendo um esqueleto e uma musculatura do tipo másculo, um desenvolvimento excessivo do sistema piloso e voz grave (Gomes, 1959); enfermidade psíquica (Fávero, 1938); evolução sexual, seja porque sua sexualidade fora precocemente despertada e fixada no homossexualismo, ou porque o amor com o sexo oposto esteja ligado a situações penosas (Gomes, 1959); manifestações de psicopatias, na qual a inversão se apresenta como sintoma mórbido.

Categorizando o homoerotismo como patologia estava aberta a licença para cura-la mediante tratamentos adequados, muitos dizem necessário a intervenção de médico/psiquiatra, mas sem especificar qual procedimentos ou terapias seriam aplicáveis. O que se determinava em consenso era a necessidade de uma educação viril em crianças e adolescentes, além disso optavam também por tratamentos hormonais. Um dos métodos que utilizava intervenções médicas nos “pacientes” era a *opoterápia*, que consistia em injetar no organismo extratos testiculares e outros extratos não específicos com intenção de reverter o quadro de mau funcionamento das glândulas de secreção interna. Ribeiro e Sinisgalli, os responsáveis por tal procedimento ainda alertavam que tal método deveria ser feito durante a puberdade, pois mais tarde seria ineficaz. Outro método também realizado por Ribeiro era o de transplantar testículos humanos, método implementado com êxito em outros países.

Uma problemática que gira em torno da medicalização do homoerotismo é a questão da internação em hospícios, geralmente os pacientes internados tinham uma relação com “comportamentos

perigosos” para a sociedade. Sinisgalli aborda a questão do hospício, enfatizando que ele era necessário a criação de um instituto que se assemelha a um Manicômio Judiciário para pederastas criminosos. Os médicos vão defender a necessidade de confinamentos para tratamento e cura, negando qualquer semelhança com uma penalização, deixando explícito que o lugar do invertido é no hospício e não no cárcere. FIGARI (2007, p.253):

“(…)seria a única solução possível enquanto não se criassem estabelecimentos especiais, tanto para o afastamento da sociedade desses “criminosos” como para seu tratamento adequado.”

Sendo assim, era preciso se adequar mais a novas descobertas científicas do século XX, dessa forma, foi organizado um grupo de pesquisadores de médicos legistas liderados por Leonídio Ribeiro influenciado pela questão da identificação criminal. Tal questão se coloca com base em teorias facistas do criminologista italiano Cesare Lombroso, e além disso um treinamento realizado no Polizei Institut do Terceiro Reich, em Berlim. TREVISAN (2018, p.176) afirma:

“Em 1935, por exemplo, uma equipe do Laboratório de Antropologia do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, dirigida por Leonídio Ribeiro, estudou a constituição morfológica de 184 homossexuais – detidos pela polícia em casas de prostituição fluminense, algumas exclusivamente masculinas, e fotografados pela equipe de pesquisadores. Por seus trabalhos no campo da assim chamada “antropologia criminal”, Leonídio Ribeiro foi contemplado com o prêmio Lombroso, na Itália chegando a publicar os resultados desses experiências com homossexuais nas páginas de uma revista italiana especializada, que os discípulos de Lombroso dirigiam.”

A partir da ideia de “identificação” da medicina legal, os médicos passam a analisar os “pacientes” para determinar a identidade com bases em aspectos físicos como raça, sexo e altura. O sexo especificamente dividido entre homem e mulher não se distingue apenas pelos órgãos genitais, mas também pelas dimensões do crânio, rosto e tórax. Eles observam e analisam cada detalhe, desde cicatrizes a tatuagens para traçar uma identidade padrão possível, além disso, existiam variáveis subjetivas como gestualidade, o andar, a voz e a escrita.

“Diversas foram as hipóteses esboçadas para determinar o “padrão invertido”: distribuição “feminina” dos pelos pubianos (formato triangular) e do cabelo, bacia e cintura femininos, desenvolvimento excessivo das nádegas e das manas (ginecomastia), ausência de pelos no tórax. Relaxamento da o esfíncter, inexistência de pregas ou dobras radiadas no ânus, fístulas, hemorroidas. Surpreendentemente encontraram um tamanho exagerado do pênis nos invertidos estudados, que duvidaram ser atribuído também a alguma causa endócrina.” FIGARI (2007, p.259)

A intenção do Laboratório era então buscar um “fenótipo” baseando-se na estatística antropométrica, da mesma forma que se tentava identificar através das mesmas técnicas, a morfologia lombrosiana do “criminoso nato” e outras questões como o degenerado e o demente. Dessa forma traçam as formas psíquicas e somáticas da inversão sexual tanto feminina quanto masculina, atribuindo a isso uma definição que mesmo confusa e ambígua, serve para criar uma marca que atinge os indivíduos, o estigma da degeneração e da enfermidade. Sendo assim os homossexuais são uma anomalia social que deve ser combatida, rechaçada e curada.

Com o ápice dos estudos científicos das décadas de 1920, 30 e 40 acerca da homossexualidade como patologia, alguns setores da medicina brasileira tinham a intenção de serem mais enfáticos no que diz a respeito a repressão. Utilizavam do discurso de que na Europa o combate ao homossexualismo era o mais rigoroso possível. Com a ascensão do nazi-fascismo, na Europa, juntamente com o espectro de autoritarismo do Estado Novo brasileiro o rechaço contra as práticas homoeróticas pode ser percebido na Primeira Semana Paulista de Medicina Legal em 1937, no qual os juristas e médicos presentes tinham

como projeto a criação de “dispositivos punindo todas a prática de homossexualismo, qualquer que fosse a modalidade de que se revestisse”.

Os criadores do projeto José Soares de Melo e o professor Tavares de Almeida tinham como pedido “cadeia para perverso e manicômio para o demente”. Soares de Melo apontava falhas no Código Penal dizendo que existiam muitos casos de homossexualismo sem violência ou corrupção que escapam da lei e não são punidos. Dessa forma, aconselhava que deveria ser criado um Código Criminal paralelo que tinha como função apresentar medidas de segurança para se antecipar as penas ou para ser utilizado quando o Código Penal não pudesse ser utilizado por não conter leis em relação a ações homoeróticas. Dr. Soares de Melo ainda diz: *“O mesmo acontece com o homossexual, que, sendo pernicioso ao Estado e à sociedade, pode e deve ser segregado. [Portanto,] mantenho firme o meu ponto de vista de que devemos punir o homossexualismo e faço votos para que o futuro Código Penal da República tenha um dispositivo bem claro que puna a prática do homossexualismo.”*

Esse projeto não se efetivou no novo Código Penal de 1940, mas infelizmente não significa que a perseguição e o preconceito deixassem de existir dentro das instituições do Estado. O projeto do dr. José Soares de Melo era apenas uma forma de legitimar o ódio e repulsa que esses tais senhores sentiam pelos homossexuais, o que eles queriam eram uma carta branca para mandar todos os “invertidos” para manicômios ou prisões e livrarem a sociedade desse mal-estar, já que para esses profissionais revolver o problema do homossexualismo era se livrar também de um problema social. Deste modo a Justiça e a ciência são utilizadas como aparelho policial juntando-se com vários sistemas de controle e repressão, que com os passar de suas ações vão concretizando cada vez mais o papel de estigma dos homossexuais.

6. Censura e Lampião da Esquina

Para abordar o tema de repressão no campo da mídia, utilizarei do trabalho do Professor Dr. Douglas Attila Marcelino, intitulado “Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970”. No respectivo trabalho, o autor registra a dinâmica da DCDP - Divisão de Censura e Diversões Públicas (órgão institucional existente nos anos de ditadura militar) em analisar materiais midiáticos como programas de TV e livros que tratassem de assuntos caracterizados como ameaças a moral e bons costumes da família tradicional no Brasil daquele momento. Faço esse recorte temporal referente a ditadura militar pelo fato de ser mais visível os mecanismos utilizados para influenciar a estruturação do estigma da homossexualidade.

Dentro do trabalho abordado, utilizarei para ilustrar tal momento o capítulo “Duas autoras “pornográficas” e o “tabu” do homossexualismo”. Nele o autor descreve os processos pelos quais as autoras Adelaide Carraro e Cassandra Rios tiveram seus livros censurados pelo DCDP. Adelaide teve 11 livros examinados pelos técnicos da censura, sendo quase todos censurados pelo ministro da Justiça Armando Falcão. Já Cassandra teve 14 livros censurados com a justificativa de que seus trabalhos feriam a moral e os bons costumes. Sendo consideradas produtoras de obras pornográficas e abordando temáticas consideradas tabus naquela época, seus livros vendiam milhares de exemplares, tornando-as alvos principais da DCDP.

Uma consequência adversa sobre a censura dos livros, era que quanto mais livros eram censurados mais curiosos se interessavam sobre eles, causando um efeito contrário à intenção dos técnicos da censura. O que indagava os censuradores eram as descrições de relações sexuais e o linguajar que as autoras sediam aos personagens. Alguns livros de Adelaide eram censurados devido ao conteúdo político que na maioria das vezes abordavam temáticas ligadas a corrupção, apesar disso o que mais indignava os técnicos da censura eram a questão das obscenidades. Um parecer da Divisão de censura a respeito da obra “A escuridão” da mesma autora foi:

“A autora (...) escreve a “autobiografia de três meninas que percorrem o caminho da depravação” (...). É focalizado o escárnio, emparelhado com as fraudes partidas de moçoilas internas a arrotar, agressiva e insolentemente, impropérios visando

abater a resistência da família contra o aviltamento da juventude. Realizam-se autênticos bacanais nas denominadas “festinhas”, onde tudo vale... inclusive, e em proporções ciclópicas, o uso de entorpecentes (...), o desencaminhamento e a corrupção de menores, de práticas lascivas enoveladas com atos de libidinagem (...), vindo a virgindade a ser considerada como “a insignificante pelinha”. (...) São miasmas, ainda, da espaçosa decomposição moral de uma minoria social, a chantagem, a referência a abortos provocados, irreverências nas atitudes de moçoilas para com os pais, tentativas de estupro, o apregoamento do amor livre, o suicídio, o uso desmedido de bebidas alcoólicas (...). [grifos do original]” MARCELINO (2006, p.183)

Apesar de não retratar ainda a homossexualidade nas produções mediáticas, minha intenção aqui é mostrar o teor moral contido nas avaliações dos censuradores, mostrar também como pode haver um deslocamento de conceitos em relação ao real significado de moral quando analisamos um contexto que toma parte de uma sociedade em total. O que é moralmente aceitável? Quais são os reais costumes da sociedade Brasileira? Dentro do parecer citado acima, podemos ver que para os analisadores, questões como o “amor livre”, aborto, banalização das relações sexuais e uso de alucinógenos são aspectos inaceitáveis, porque não condiz com a moral cristã da família tradicional. Até que ponto a narrativa de uma história fictícia pode tomar as rédeas da moral e dos costumes?

Uma análise feita pelos censuradores mostra essa problemática, o livro “A carniça” também de Adelaide Carraro foi censurada por conter “paixão mórbida”, “aberrações sexuais”, “vício em drogas”, sendo categorizado como inapropriado para o público juvenil por serem incapazes de discernir entre certo e errado. Ou seja, enxergam a juventude como seres que não pensam e que simplesmente abarcam qualquer “novidade” apresentada por um livro e a tomam como uma verdade absoluta. Uma das características da qual os censuradores também se indagavam de maneira ferrenha era a constatação de que tal obra não apresentaria nenhum tipo de “contribuição cultural” ou “nenhum valor educativo” para os leitores, sendo assim descartável/censurável.

A Divisão de Censura deixou transparecer na análise do livro “Podridão” seu preconceito e indignação com relação ao padre homossexual presente no livro, explicitando desgosto não apenas as palavras de baixo escalão, mas também dizendo que a autora exalta “o homossexualismo de tal forma que chega a dar nojo de ler tal porcaria”. Essa análise só prova o caráter cruel e covarde do Estado, características centrais de um governo autoritário como o constituído na ditadura militar.

Cassandra Rios era constantemente perseguida pelos examinadores da produção cultural daquela época por retratar constantemente a temática da homossexualidade. Suas obras possuíam um caráter puramente popular, sempre abordando a homossexualidade feminina, com títulos como: “*Eu sou lésbica*”, “*Volúpia do pecado*” ou “*Nicoleta ninfeta*”. Cassandra sempre foi perseguida, perseguição legitimada pelos conteúdos “pornográficos” de suas obras, na década de 1940, com apenas 16 anos publicou seu primeiro livro “*Volúpia do pecado*” que já contava com um conteúdo não muito aceito na sociedade. Além da perseguição sofrida no período ditatorial, a autora também era constantemente rechaçada pela crítica intelectual que reduzia seus livros a meras produções pornográficas.

O tema da homossexualidade era o que mais despertava a violência nos censuradores, o que de certa forma mostra um choque de valores entre os avanços da libertação sexual e os padrões da moral e dos costumes colocados como legítimos pela parcela conservadora da sociedade brasileira. E aqui podemos entender que não era só o âmbito governamental que prezava por censurar algo que fugissem dos padrões, existia/existe uma cota da sociedade que se sentia representada por tais atitudes. Sobre as obras de Cassandra Rios, DCDP diz:

“A autora descobriu um filão rentável na descrição ousada das relações homossexuais, que se constituem em uma constante em suas criações sublimerárias, onde prefere dar ênfase aos segredos “caça-níqueis” do amor lésbico,

sem se preocupar em levantar os sintomas e causas dos desvios da conduta sexual.” MARCELINO (2006, p.186)

É evidente aqui que para os órgãos governamentais a homossexualidade era um desvio de conduta e obviamente que nessa passagem encontramos uma intensa depreciação dos trabalhos de Cassandra. E como já tratado nesse mesmo artigo, se torna corriqueiro a percepção de que para setores conservadores da sociedade existia a associação entre a homossexualidade com problemas psicológicos e até mesmo patológicos. O que torna o trabalho de Cassandra ainda mais desviantes dos considerados “permitidos” pela censura, era o fato de abordar enfaticamente as relações homoafetivas entre mulheres. O já supracitado “*Volúpias do pecado*” recebeu a seguinte análise:

“Os personagens que constrói são mostrados grotescos e patéticos em sua condição, às vezes atormentados e solitários, dentro de reflexões morais falsas, incapazes, entretanto, de orientar toda uma compreensão dos impulsos condicionadores do homossexualismo, dentro de um quadro clínico-psicológico.”

Ainda presente o teor psicológico e patológico da homossexualidade, mas agora caracterizado como “aberração sexual”, estabelecendo como repugnante a ligação entre as duas personagens do livro. Como dito, a autora deve diversos livros analisados e censurados, podemos ver a seguir, alguns comentários feitos pelos censuradores, são eles: “pregação da falsa filosofia dos homossexuais, a naturalidade de seus atos, a indução aos maus costumes”, “verdadeira apologia do lesbianismo”, “uma mensagem negativa sobre todos os aspectos, inclusive porque a autora afirma que o lesbianismo é a verdadeira condição normal da mulher” se estabelecendo a contramão de “um padrão moral consagrado pela nossa sociedade”.

Com a exemplificação dada sobre as censuras nas obras de Cassandra Rios e Adelaide Carraro, é possível a percepção de que a censura decretada pelo DCDP não era baseada apenas em análises de cunho político-ideológico e sim em como eram centrais para o órgão as questões envolvendo moral e costumes. Ou seja, na maioria dos seus livros, as autoras não eram necessariamente contrárias ao regime político, são censuradas estritamente pelo teor moral de suas obras.

A homossexualidade quando debatida nos meios de comunicação atraíam a raiva de muitos setores moralmente conservadores da década de 1970. Isso é perceptível através do respaldo social para a atuação enfática dos controles de censuras existentes naquela época. Porque como argumenta o autor, mesmo após o regime militar em 1985, a representação das questões que envolvessem a homossexualidade como foco, faziam com que pessoas identificadas como conservadoras, escrevessem para o DCDP com pedidos de intensificação da censura. Através dessa problemática, encontramos a legitimação do preconceito, uma vez que a maioria – podemos colocar assim - não aceitava relacionamentos homossexuais, as manifestações de repúdio eram livres e complementemente aceitáveis.

Sendo assim, Coriolano Fagundes dá uma declaração na TV, dizendo que achava obsceno o ato sexual entre dois homens ou duas mulheres. O Triângulo Rosa (grupo de liberação homossexual) rebate dizendo que “não há nada de obsceno na homossexualidade, tampouco na heterossexualidade, quando a atividade sexual se desenvolve sem violência e entre pessoas conscientes”. Em outra ocasião, a apresentadora Hebe Camargo foi acusada pelo chefe do Serviço de Censura de São Paulo de transformar seu programa em uma “tribuna de aliciamento, indução e apologia do homossexualismo”.

Em outro episódio, Fagundes diz “não tenho dúvida de que o homossexualismo é uma forma de perversão sexual. Não acho que o homossexualismo seja correto. É preciso ter uma postura de educação em relação ao sexo e não de permissividade”. Por mais que parece assustador, o diretor da censura federal podia fazer tais declarações, e ainda utilizava do discurso moral cristão para justificar suas falas: “o homossexualismo é, antes de tudo, uma questão moral. Sob o prisma desta, todo o mundo civilizado norteia seu comportamento sexual dentro de parâmetros ditados pela Bíblia Sagrada, portadora do código judaico-cristão”.

Entretanto era a TV o meio de comunicação que incomodava instituições governamentais e a população conservadora. Coriolano mais uma vez ataca a classe homossexual, decretando uma instrução normativa que determinava:

I – A apresentação de travestidos, de homem ou mulher aparentemente homossexual, respectivamente em atitude ostensivamente efeminada ou masculinizada, quer em telenovela como em programa de auditório, terá a veiculação televisiva autorizada para as 21 (vinte e uma) horas. 1.1 – O tratamento cênico dado, assim por animador como por narrador, a travestido ou homossexual aparente não poderá ser ofensivo à dignidade humana do apresentado, nem apologética do trans-sexualismo ou do homossexualismo.

Como já dito, a restrição de aparições de homossexuais na televisão era uma pauta também debatida pelos indivíduos da população, que desejavam maior rigor em relação a censura. Desse forma, podemos exemplificar tal questão, com o conteúdo de uma carta enviada ao Presidente da República que manifestava a vontade de um cidadão que manifestava seu “veemente protesto contra um escandaloso, aviltante e afrontoso programa de televisão” que teria “exibido um infeliz rapaz de maneiras efeminadas, cognominado Ney Matogrosso”. Para ele a coreografia do cantor “eivada de deboches e sandices despidoradas”, teria chocado a maioria do público, sendo forçado a se perguntar: existe censura neste país?

Outro programa alvo de críticas sobre seu teor “homossexual” demais, foi o programa “Viva o Gordo”, que tinha como quadro Capitão Gay, a crítica era a seguinte: “devido à sua roupagem vistosa, influencia as crianças que o tomam como herói, a exemplo de tantos outros de desenhos e filmes levados ao ar pela televisão”. Para os críticos de tal quadro, o problema estava em que o super-heróis dos desenhos são másculos e correspondem a imagem padrão do homem socialmente aceito, sempre derrotando o vilão e conseqüentemente legítima tal situação.

Em contrapartida a esse cenário hostil, nos finais de 1977 surge uma turma de intelectuais, jornalistas e artistas homossexuais com um propósito de fundar um coletivo para a criação de um jornal feito por homossexuais e pensado por eles, a intenção era que se discutisse os mais diversos assuntos que perpassam pela comunidade guei daquela época. Como alternativo, o Lampião fugia das características dos jornais de grande circulação da época, explicitamente contra o regime, os escritores colocavam o dedo na ferida, queriam retirar a imagem de obscuridade dos homossexuais, destruir o conceito preestabelecido da sociedade militarista que baseava seus pensamentos de acordo com a tradicional moral cristã.

O Lampião circulou de 1978 a 1981 tendo ao todo publicado 37 edições. Esse período de 1970 a 1980 é conhecido pela abertura política e enfraquecimento do Regime Militar, sendo possível encontrar uma organização de movimento sociais que culminariam nas Diretas Já em 1983. Mas apesar do abrandamento, muitas pautas ainda precisavam ser levantadas, e mesmo como o enfraquecimento do Regime, a censura existia de forma severa.

É importante frisar que as produções alternativas tinham um forte viés político ideológico no seu discurso, transgredindo de certa forma os ideias mercadológicos que eram adotados pelos jornais de maior circulação. Esses jornais alternativos como o Lampião não tinham uma ampla produção e não tinha como finalidade de produção o lucro, sua intenção era transformar. Através da expressão de grupos sociais com intenções de fomentar as transformações institucionais e buscar outras formas de atuação sem ser os meios já vendidos da propaganda política do regime, a mídia alternativa cresce e ganha espaço.

Dessa forma o Lampião da Esquina se propõe a tratar de assuntos ignorados por outros meios de comunicação, como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo. Sobre a caracterização dos assuntos abordados pelo jornal e sua posição política, Trevisan argumentará:

“(…) a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual. Além de publicar roteiros e locais de pegação nas principais cidades do país, nele começaram a ser empregadas palavras proibidas ao vocabulário bem-pensante (como *viado* e *bicha*), de modo que seu discurso gozava de uma saudável independência e de uma difícil equidistância inclusive frente aos diversos grupos da esquerda institucionalizada. Tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções.

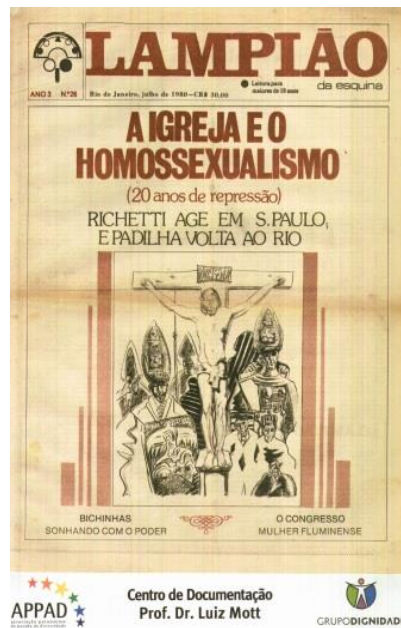
Em seu livro ‘Devassos no Paraíso’, Trevisan, intelectual que participou ativamente na constituição do jornal vai elucidar como eram as reuniões dos grupos políticos homossexuais daquela época. Em seus primeiros encontros o autor diz ter surgido questões que fugiam das pautas de encontros “tradicionais” entre jovens esquerdistas, as pautas giravam entorno das experiências homossexuais dos indivíduos ali presentes, dúvidas, problemas e projetos que perpassam a subjetividade de cada um deles. Dessa forma, podemos dizer que tinham a intenção de começar a atuar sobre a realidade deles mesmos e não sobre a realidade do outro. Ali buscavam uma identidade como grupo social e ao mesmo tempo buscavam uma forma de tomar consciência do próprio corpo e consequentemente de sua sexualidade e assim “reativar aspectos esquecidos no relacionamento grupal”.

Se desvincular do contato com partidos de esquerda, traz um novo sentido de atuação política para o grupo, assim sua atuação é enraizada fundamentalmente na própria vida daqueles que compunham os grupos políticos, longe dos comitês centrais dos partidos. Trevisan deixa claro que era proposital a intenção de não separar as esferas pública e privada, ou seja, o crescimento da consciência individual e a transformação social. Para eles, explicitado em um artigo assinado pelo grupo, consideravam as “trepadas” como um ato político, pensando no prazer como um direito legítimo de qualquer cidadão, estimulando as manifestações de fraternidade entre os que compunham o grupo, rechaçando qualquer liderança quanto representatividade do tipo parlamentar.

Apesar de não estar retratando diretamente o Lampião da Esquina, o autor demonstra como a juventude política agia naquela circunstância, e consequentemente o jornal é fruto de toda essa tendência de mostrar uma nova realidade sobre as sexualidades consideradas desviantes. Esse signo de desviante carrega consigo mesmo uma lista de diversos preceitos que delimitam as características a quem o serve. Em sua primeira edição, denominado número zero fica explícito a intenção do jornal:

“O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dada aos ademanes e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, nesse fator capital: seu sexo não é aquele que se desejaria ter. Para acabar com essa imagem padrão, LAMPIÃO não pretende soluçar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. (LAMPIÃO, abril de 1978:2)”

O jornal é uma boa fonte de exemplos reais de acontecimentos que comprovam a repressão em todos os âmbitos já citados neste presente trabalho. Tanto por motivos religiosos, morais, que atuam dentro da medicina legal e até pela legitimação do Estado e dos meios de comunicação perante as repressões, o Lampião da Esquina, com seu caráter audacioso perante o contexto de forte censura aos meios alternativos de comunicação, nunca deixou de construir pautas com assuntos e problemáticas de extrema importância para a classe LGBTQ+. A partir desse ponto, evidencio duas edições do jornal que abordaram temáticas que se relacionam com o presente artigo, a primeira delas dialoga com a repressão eclesial e a segunda aborda a temática da moral e dos bons costumes trabalhando a censura do regime militar.



CAPA COM REPORTAGEM PRINCIPAL

Na presente edição, o conselho editorial republicou um artigo publicado originalmente na revista canadense *Le Berdache* (que significa bicha na língua dos indígenas canadenses) na qual constroem um dossiê intitulado “A Igreja e o Homossexualismo”. Este dossiê passeia pelos 20 séculos de repressão causados pela moral cristã aos homossexuais, em sua narrativa é possível identificar as transformações da Igreja perante a problemática da sexualidade como um todo, mas com um enfoque específico nas relações homoafetivas. Ainda no dossiê o autor Guy Ménard mostra para o leitor as novas formas de interpretação que a Igreja vai analisar a questão da homossexualidade, introduzindo perspectivas mais liberais e progressistas. A publicação do jornal sobre o tema é extensa, dessa forma utilizarei de algumas passagens para mostrar o que era tido sobre a relação religião/sexualidade no dossiê. Sobre a posição clássica e rígida da Igreja sobre a homossexualidade:

“Em fins de 1975 o Vaticano publicou uma "Declaração sobre algumas questões de ética sexual" na qual reafirmava claramente uma posição muito severa em relação ao homossexualismo, "Segundo a ordem moral objetiva, as relações homossexuais são atos desprovidos de sua regra essencial e indispensável. Subscrevendo uma certa interpretação da Bíblia (ver a parte do Dossiê sobre o assunto), o texto prossegue: "as relações homossexuais são condenadas pela Santa Escritura como depravações graves (...)". Assim, "os atos homossexuais são intrinsecamente desordenados e (...) não podem em nenhum caso receber aprovação (...)". Foi, aparentemente também sobre uma afirmação desse gênero que se baseou a C.E.C.M para se recusar a alugar suas salas para organizações gueis, temendo sem dúvida que uma aceitação fosse interpretada como "aprovação" do homossexualismo". "Mas algumas pessoas acreditam ver nesse documento de Roma um sinal de evolução, tímido sem dúvida, paternalista mesmo, mas talvez significativo. De um lado, é verdade, o documento não condena explicitamente o homossexualismo com a violência do passado e ressalta que, na ação pastoral os homossexuais devem ser recebidos com compreensão". (...) se espera que, num futuro mais ou menos longínquo, o ensino moral católico leve mais em conta esta importante distinção e passe a reconhecer também que, para um grande número de homens e de mulheres, o homossexualismo é uma condição profunda e autêntica, na maioria dos casos imutável e, por assim dizer, "natural".” (LAMPÍPIO, junho de 1980, p.03)

Sobre uma abertura mais liberal:

“Se, com efeito, se considera o conjunto de produção teológica e da prática pastoral atuais dentro da igreja, percebe-se que as atitudes são muitas vezes – pelo menos um pouco – mais “liberais”. Essa “abertura” varia muito, evidentemente, e de acordo com cada caso (...) Claro, uma “abertura desse gênero” não deixa de ter sua ambiguidade e pode talvez se assemelhar à “tolerância” paternalista e ardilosa tantas vezes denunciada pelo movimento guei (...) Apesar das acusações de ambiguidade que alguns poderiam fazer, tal tendência tem pelo menos o interesse de mostrar que uma boa proporção de teólogos católicos de hoje, senão a maioria, não está mais disposta a seguir ao pé da letra a atitude ainda intransigente dos ensinamentos católicos oficiais.” (LAMPPIÃO, junho de 1980, p.03/04)

Sobre uma atitude nova e positiva:

“Uma terceira categoria agruparia cristãos que, homossexuais ou não, aceitam claramente o homossexualismo como uma forma sadia, boa e “moral” de vivência humana da sexualidade, compatível com uma existência cristã (...) Cortando ao meio o conjunto da tradição essa corrente se recusa a partir do heterossexualismo como norma e único modelo da sexualidade humana (...) De maneira geral, os portadores dessa visão das coisas insistem em dizer que as relações homossexuais, como as heterossexuais, devem ser vividas de maneira “eticamente responsável (...) é preciso reconhecer a importância desse novo enfoque dentro do mundo cristão, ainda que ele permaneça totalmente minoritário. Pode ser, no entanto, que, a longo prazo, sua existência e sua influência levem a importantes transformações nas atitudes da maioria.” (LAMPPIÃO, junho de 1980, p.04)

Sobre uma posição atenta e respeitosa:

“Por fim, uma quarta tendência de opiniões parte da constatação (compartilhada com o movimento guei) que o homossexualismo, no momento atual, é uma realidade ainda grandemente oprimida e marginalizada (...) Como a maioria das minorias que vivem em tais condições, a minoria homossexual teria tendência a manifestar um certo número de atitudes e de comportamentos que provavelmente nem existiriam (ou que em todo o caso seriam bastante diferentes) em um clima isento de opressão (...) vários representantes do movimento guei têm, aliás, certos comportamentos que a sociedade reprova (e lhes impõem), a ponto de chegar a acreditar que eles devem “ser perdoados por sua existência” (...) Antes de fazer um “julgamento moral” sobre uma realidade também “deformada” (em parte) pela “opressão”, concluem certos teólogos - compreendemos que é preciso primeiro lutar para libertar o mundo guei dessa opressão sob todas as formas. Tal “suspensão” do julgamento moral não é necessariamente o equivalente de um “livre para tudo” irresponsável. Aliás, a verdade é que por meio dos diversos aspectos (pessoais e coletivos) de suas lutas, os homossexuais masculinos e femininos são levados a descobrir uma ética verdadeiramente humana, que se aplica á vida, e que se parece, muito mais do que se pensa, com o que há de mais profundamente humano no Evangelho. Idealmente, claro (infelizmente nem sempre esse é o caso), tal enfoque devia poder contar com a acolhida e a simpatia da igreja e do mundo cristão inteiro. (...) Está claro que uma perspectiva desse tipo ainda é muito pouco difundida dentro do mundo cristão. Compreende-se, pois se trata de uma atitude difícil de ser aceita, de uma atitude de busca que exige muita maturidade, da mesma forma que a capacidade de agir sem ter constantemente diante dos olhos regras morais precisas e fixas. Tal dificuldade, contudo, não é própria do mundo cristão. É bem fácil constatar que muitos meios à primeira vista “progressistas” no escapam da tentação de reintroduzir (mais ou menos conscientemente) novas ortodoxias e novas morais.” (LAMPPIÃO, junho de 1980, p.04)

Apesar de demonstrar essas novas interpretações da homossexualidade perante a Igreja Cristã, é perceptível que o discurso religioso para deslegitimar as relações homoafetivas ainda é muito utilizado. Essas ideias progressistas e liberais não estão vigentes por exemplos em algumas das igrejas pentecostais e neopentecostais que exercem trabalhos sobre tratamento de homossexuais, como já foi citado neste presente trabalho. O dossiê fala também sobre outros pontos que relacionam a sexualidade desviante com a religião, como as igrejas gueis, f que podem ser basicamente definidas como:

“O fenômeno das "igrejas gueis" permanece pelo menos muito significativo no que diz respeito aos cristãos gueis, desiludidos de suas respectivas comunidades, e que desejaram criar eles próprios comunidades cristãs capazes de respeitar sua condição homossexual (como muitos outros cristãos, aliás, que abandonaram a Igreja oficial para se entregar ao trabalho em comunidades de base de dimensões mais humanas e talvez, também, mais cristãs).” (LAMPPIÃO, junho de 1980, p.04)

Essa reportagem principal do jornal veio como uma forma de iluminar de certa forma, o campo obscuro que se estabelece quando entram em debate a doutrina cristã das Igrejas com o livre arbítrio das sexualidades desviantes. Traz para o debate do censo comum da época, argumentos que podem ser utilizados para mostrar àqueles que discordam que a fé pode coabitar o corpo desviante, e além disso mostrar que não existe um pensamento padrão no que diz respeito a homossexualidade no âmbito religioso. Existem diversas frentes que introduzem novas formas de lidar e interpretar as relações homoafetivas mesmo que o processo de repressão seja forte e incisivo.

EDIÇÃO 09 / FEVEREIRO 1979



CAPA COM REPORTAGEM PRINCIPAL

Desde 1978 o jornal Lampião da Esquina vinha sofrendo uma acusação de atentado à moral e aos bons costumes. Solicitado pelo Ministério da Justiça, foi instaurado um inquérito policial contra o jornal, no qual referia-se aos editores como “pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais”, um ataque explícito não só pelo conteúdo do jornal, mas como a sexualidade dos editores. Sendo processados judicialmente e enquadrados na Lei Imprensa, os editores poderiam pegar até um ano de prisão caso fossem declarados culpados.

Consequentemente foram intimados e interrogados pela polícia, que antes de qualquer suspeita, já os consideravam culpados, no interrogatório uma das primeiras perguntas feitas a todos era a confirmação do fato que realmente eram homossexuais. Foi graças ao Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo que cederam um advogado e apresentaram total apoio ao Lampião da Esquina, dando a possibilidade de uma defesa eficiente.

Na reportagem de capa da edição nº09 trata sobre a questão da censura e de certa forma sobre esse acontecido com o jornal. A reportagem começa da seguinte forma:

“Nos Últimos dias de dezembro o diretor da Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, Rogério Nunca, concedeu uma entrevista ao Globo, na qual disse que a legislação a ser cumprida pela censura "impõe restrições, de tal forma incoerentes coma moral vigente na moderna sociedade, que o trabalho dos censores acaba se transformando numa constante

batalha contra a realidade". Para as pessoas que fazem LAMPIÃO da Esquina, essa declaração do Sr. Rogério Nunca foi da maior importância, pois é exatamente baseado nestas restrições "incoerentes com a moral vigente na moderna sociedade" que o DPF está realizando um inquérito contra esse jornal, tentando enquadrá-lo na Lei de Imprensa sob a acusação de "ofensa à moral e aos bons costumes", por falar sobre homossexualismo." (LAMPIÃO, fevereiro de 1979, p.05)

Apesar da fala do diretor da Divisão de Censura parecer favorável ao fim da censura aos meios de comunicação, ele não está abordando o fim da censura, mas apenas a uma nova reformulação dos critérios que avaliam os conteúdos a serem censurados. A passagem a seguir acrescenta:

"(...) mas na medida em que o Sr. Rogério Nunes recebe um jornalista em seu gabinete em Brasília para dizer que "os atuais critérios (da censura) são extremamente subjetivos e até mesmo politicamente desastrosos." (LAMPIÃO, fevereiro de 1979, p.05)

Assim, o Lampião contra-argumenta:

"(...) é possível esperar que, no caso do nosso jornal, as pessoas encarregadas de decidir se ele é atentatório ou não reajam com a mesma contemporaneidade: não é possível fabricar pílulas anticoncepcionais indiscriminadamente e, ao mesmo tempo, acreditar que os bebês nascem dos repolhos ou do bico diligente das cegonhas; da mesma forma, não é possível considerar imoral a luta de um determinado grupo – discriminado sexualmente – para sair do gueto que lhe foi imposto e assumir seu lugar na sociedade, deixando de ser, dessa forma, cidadãos de segunda classe." (LAMPIÃO, fevereiro de 1979, p.05)

O jornal, mais especificamente Aguinaldo Silva, autor da reportagem em questão, continua a defender o caráter do jornal, explicitando que "é um jornal de minorias", que pautar questões que raramente são discutidas em outros meios de comunicação. Coloca a questão do silêncio perante a homossexualidade como o motivo principal de manter os homossexuais em seus estigmas, como por exemplo:

"(...) segundo o qual os homossexuais são criaturas pervertidas, sempre dispostas a corromper e a aliciar; se o homossexual vive grande parte de sua vida nas sombras, não é que ele goste disso; é que lhe foi imposto: se ele compensa sua insegurança e sua instabilidade transformando-se às vezes em uma caricatura do que a sociedade lhe apresenta como padrões ideais - é o caso do sapatão e da bicha-louca -, não é porque isso lhe seja natural, mas sim, porque nem sempre ele é capaz de resistir às pressões, sucumbindo aos que rejeitam sua preferência sexual como apenas mais uma das formas através das quais se manifesta o esforço humano." (LAMPIÃO, fevereiro de 1979, p.05)

Aqui podemos ver o Lampião em ação, colocando suas ideias políticas e ideológicas em pautar para defender sua posição perante uma sociedade patriarcal comandada por um regime militar que legitimava todas as armas postas contra a comunidade LGBTQ+. Aguinaldo Silva não para por aí, continua:

"Numa tentativa de evitar que estes agravos se perpetuem é que LAMPIÃO veio à luz. E não se trata de um fato isolado —, há outros jornais como o nosso sendo consumidos não apenas no Ocidente, e não é à toa que, em plena onda de liberação na China, um jornalista ocidental tenha lido num dzibao, uns dos jornais murais que atualmente enfeitam os muros de Pequim, a seguinte frase: "O que nós pretendemos é obter o direito de praticar o sexo com quem, quando e como quisermos". (LAMPIÃO, fevereiro de 1979, p.05)

O que é necessário entender aqui, é que não apenas o jornal, mas como boa parte da população que se identificavam como LGBTQ+ estavam lutando por um terreno de atuação na sociedade ao qual eles nunca tiveram, as sexualidades desviantes não eram consideradas sexualidades por si mesmas, em sua totalidade, sua atuação se dava na clandestinidade, nas sombras do gueto, que eram propícios a libertinagem mas que não eram o espaço amplo para a liberdade que essas pessoas realmente

necessitavam. Por isso a importância do Lampião da Esquina e das mídias alternativas, sem contar dos grupos políticos homossexuais que também faziam frente a todos os tipos de repressão.

7. Conclusão

A partir desse ponto, tentar entender o Brasil como campo de construção e atuação dos atores sociais com as sexualidades desviantes do padrão heterossexual, é conseguir entender também os processos de repressão e estigmatização sofrida por eles. Esses processos de repressão, tanto da religiosidade, da medicalização e quanto dos processos de censura, podem ser analisados como aspectos que se desdobram caracteristicamente no Brasil, podendo encara-los também como processos que atuaram na construção não apenas do estigma, mas do que conhecemos hoje como a comunidade LGBTQ+.

Apesar de especificar nesse presente artigo os tipos de repressão sofridos pelos indivíduos desviantes, podemos perceber que essas repressões são todas legitimadas pelo Estado. A repressão eclesiástica serviu para o Estado como produtora da moral que guiaria ao passar dos tempos a constituição da família tradicional cristã que tanto “define” o Brasil, dessa forma, podemos evidenciar toda a problemática que tal característica traz para indivíduos desviantes que nascem no cerne desse tipo de família, fortemente cercada pelos valores religiosos, que se estabelecem como pilar do preconceito.

Quando a ciência médica passa a se “interessar” pelos indivíduos desviantes, o Estado enxerga aqui a possibilidade de controle e de uma possível erradicação dos homossexuais. Como trabalhado no artigo, os homossexuais serviram de ratos de laboratório em nome do falso avanço científico, sofrendo nas mãos de médicos fascistas que em nome da ciência fazia as mais estapafúrdias experiências desumanizando por completo o corpo do homossexual. É necessário o quando essa dinâmica de patologização das sexualidades desviantes favoreceu a atuação não somente ao Estado, mas como parte da população que eram declaradamente contra a existem dessa classe.

A censura parte do Estado ditatorial. A moral e os bons costumes não podiam ser feridos, o Brasil tinha uma imagem a zelar. Os homossexuais já eram taxados de viverem apenas nas sombras, geralmente a noite, em ruelas e becos, o estigma já estava concretizado e posto para jogo. E era exatamente ali que o Estado e grande parte da população queriam que eles ficassem, e nada melhor que a censura para forçar perante a lei, que esses corpos não fossem vistos. O Estado não queria se preocupar com políticas públicas de inclusão, não queriam os temas LGBT nas mídias, nem em jornais, revistas e como podemos ver, muito menos na TV.

O que podemos tirar de toda essa análise é a face repugnante que o Estado se apresenta a nós. Se estabelecer como resistência foi a “arma” utilizada para mostrar que estamos aqui, que estamos presentes e que não viveremos mais nas sombras, celebramos o que somos, sem receio e medo. O jornal Lampião da Esquina foi exemplo de resistência, em um contexto em que ser quem se é era motivo de cárcere, se alto afirmar como homossexual, bissexual, travesti, transsexual se torna um ato político.

Referências Bibliográficas

FIGARI, Carlos. **@s “outr@s” cariocas: Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: Séculos XVII ao XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007

FRY, Peter. **Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

O Lampião da Esquina. **“A Igreja e o Homossexualismo”**, 1980, nº26, p. 3-4.

O Lampião da Esquina. **“Moral e bons costumes?”**, 1979, nº9 p.05

MARCELINO, Douglas Attila. **“Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970”**. Rio de Janeiro, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. **Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa**.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro, Record, 2002

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed, ver., atual. E amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.